ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, DIVERSIDADE E COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO VIDEOCAST "ORGULHE-SE!" DA EDUCATV CAMPINAS

Alexandre Tadeu de Andrade Dias da Silva[1]
Riza Amaral Lemos[2]
Roberta Rocha Borges[3]

INTRODUÇÃO

A relação entre comunicação pública e educação não se restringe à circulação de informações sobre políticas governamentais. Envolve também as condições de visibilidade de sujeitos, experiências e demandas sociais, bem como a possibilidade de constituição de espaços públicos de debate. Nesse contexto, a produção audiovisual de instituições públicas pode contribuir para ampliar a presença de temas historicamente marginalizados, sem que sua origem estatal assegure, por si só, participação democrática ou efeitos educativos.

Este artigo analisa o videocast "Orgulhe-se!", produzido pela EducaTV Campinas, emissora de TV da Secretaria Municipal de Educação de Campinas, como experiência de comunicação pública educativa que aborda questões relacionadas às diferenças de gênero e sexualidade, ao reconhecimento de direitos e à cidadania. O programa é apresentado em reportagem institucional da Prefeitura Municipal de Campinas, publicada em 14 de novembro de 2025 (Campinas, 2025). O interesse da pesquisa recai sobre a configuração documental e temática dessa iniciativa, tomando-a como estudo de caso de comunicação pública no campo educacional.

[1] Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas e em Gestão da Tecnologia da Informação pelo SENAC/Campinas. Mestre em Educação e doutorando em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Diretor Executivo da EducaTV - Emissora da Secretaria de Educação de Campinas. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp. E-mail: alexandre.tadeu@educa.campinas.sp.gov.br ;
[2] Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Educação no Ensino Fundamental pela Universidade Federal de Juiz de Fora, especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos *Campus* Sorocaba. Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Educação de Campinas. Professora do Centro Universitário Padre Anchieta/ Jundiaí e da Cogna Educacional. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil - HISTEDBR - GT UFSCar-So e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp. E-mail: riza.lemos@educa.campinas.sp.gov.br
[3] Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas, mestra em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, doutora em Psicologia da Educação Universidade de Genebra e Pós doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas.Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas - NEPP/Unicamp e do Laboratório de Pesquisa em Educação e Diferença/LEPED - Unicamp. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Aplicadas às Tecnologias Digitais na Educação de Crianças - GEPPPATEC - NEPP/Unicamp E-mail: borgesrrocha@gmail.com

ISSN: 2358-8829

Diante desse contexto, a pesquisa orienta-se pela seguinte questão: em que medida a configuração temática e documental do videocast “Orgulhe-se!” permite compreendê-lo como uma iniciativa de comunicação pública educativa relacionada à diferença, à cidadania e ao reconhecimento de direitos? O objetivo geral consiste em analisar o videocast como experiência de comunicação pública educativa, considerando suas possibilidades de contribuição para a circulação de narrativas sobre diferença e direitos. Especificamente, busca-se contextualizar a iniciativa, identificar os temas abordados nos episódios, examinar indicadores de visualização e interpretar essas características sob a perspectiva de referenciais sobre comunicação pública, educação, diferença e cultura audiovisual.

Metodologicamente, a investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, articuladas a um estudo de caso. Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória possibilita maior aproximação com o objeto investigado, enquanto a utilização de fontes documentais permite examinar informações relacionadas ao fenômeno estudado. Yin (2015), por sua vez, fundamenta o estudo de caso como estratégia de investigação que considera o fenômeno em seu contexto. Nessa perspectiva, o corpus da pesquisa compreende uma reportagem institucional sobre o lançamento do videocast “Orgulhe-se!” e o levantamento de 16 episódios disponibilizados publicamente na plataforma YouTube. A coleta documental foi realizada em 23 de março de 2026, tendo como unidade de observação os episódios identificados por seus títulos, sinopses e quantitativos de visualizações.

Os procedimentos metodológicos compreenderam a organização das informações em planilha eletrônica elaborada pelos pesquisadores, a partir de consulta pública à plataforma YouTube, realizada em 23 de março de 2026. O levantamento contemplou 16 episódios do videocast “Orgulhe-se!”, considerando seus títulos, sinopses e quantitativos de visualizações. A identificação temática foi realizada por meio da leitura descritiva dos títulos e das sinopses, buscando reconhecer os assuntos abordados e suas relações com identidades de gênero, orientações sexuais, direitos, relações familiares e experiências sociais. Os dados quantitativos foram examinados mediante estatística descritiva simples, incluindo frequências absolutas, percentuais e média aritmética de visualizações. A interpretação articulou essas informações aos referenciais teóricos adotados, sem pretensão de realizar análise integral dos conteúdos audiovisuais ou avaliar seus efeitos sobre os espectadores.

Considerando os limites do percurso investigativo, não foram realizadas entrevistas com espectadores nem análise audiovisual integral dos episódios. Desse modo, as sinopses foram utilizadas como descrições públicas dos conteúdos, enquanto os indicadores de visualização foram compreendidos como registros de circulação na plataforma, não permitindo inferir, isoladamente, impactos sobre a aprendizagem, a formação cidadã ou as atitudes do público.

Os resultados identificaram um repertório audiovisual que aborda identidades de gênero, orientações sexuais, relações familiares, direitos, parentalidade e envelhecimento, oferecendo elementos para a reflexão sobre as diferenças e os processos sociais de

ISSN: 2358-8829

reconhecimento e invisibilização. O levantamento registrou 6.520 visualizações distribuídas entre os 16 episódios, com diferenças expressivas de circulação entre os conteúdos. A análise indica que a iniciativa apresenta características compatíveis com uma proposta de comunicação pública educativa orientada à visibilidade de sujeitos e à circulação de informações sobre direitos. Entretanto, os dados não permitem estabelecer relações diretas entre a disponibilização dos episódios e a produção de aprendizagens, transformações de atitudes ou ampliação efetiva da participação pública.

O artigo organiza-se em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente, apresentam-se os fundamentos da comunicação pública e suas relações com a educação e a cidadania. Em seguida, discutem-se diferença, identidades e reconhecimento. A terceira seção aborda a cultura audiovisual, a mediação e a recepção. A quarta seção apresenta os resultados da análise documental do videocast "Orgulhe-se!", contemplando sua diversidade temática, linha editorial e circulação digital, em diálogo com os referenciais teóricos adotados. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições e os limites da investigação.

1. COMUNICAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Ao resenhar a coletânea Comunicação pública, sociedade e cidadania, organizada por Margarida Maria Krohling Kunsch (2011), Costa Filho (2011) apresenta diferentes perspectivas sobre as relações entre comunicação pública, Estado, sociedade e cidadania. Sua leitura destaca discussões relacionadas ao interesse público, à participação dos cidadãos e ao reconhecimento das demandas sociais. Essa abordagem contribui para compreender a comunicação pública para além da divulgação institucional de ações governamentais, considerando suas relações com os direitos, os interesses coletivos e as possibilidades de participação democrática.

Ao discutir a trajetória da comunicação pública no Brasil, Sena (2022) oferece subsídios para compreender a construção desse campo e suas tensões. A partir dessa perspectiva, programas audiovisuais vinculados ao poder público podem ser examinados não apenas como produtos de divulgação, mas como dispositivos em que se disputam enquadramentos, representações e sentidos sobre direitos e vida social.

A aproximação entre comunicação e educação amplia esse debate. Citelli (2016) problematiza a aceleração temporal e suas implicações para os processos comunicacionais e educativos. O audiovisual digital participa de um ambiente marcado pela circulação rápida de conteúdos e por modos diversos de atenção e recepção. Sua presença em plataformas digitais, entretanto, não é equivalente à realização de uma prática pedagógica sistemática. É necessário distinguir disponibilidade de conteúdo, oportunidade de reflexão e aprendizagem efetivamente demonstrada.

No plano normativo, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2012) constituem referências para a compreensão da educação como direito social e de sua relação com a dignidade humana, a pluralidade e o exercício da cidadania. Esses marcos oferecem fundamentos para refletir

sobre as possibilidades educativas da comunicação pública, especialmente quando orientada à circulação de informações, ao reconhecimento das diferenças e à promoção dos direitos humanos.

2. DIFERENÇA, IDENTIDADES E RECONHECIMENTO

Louro (2003) examina gênero e sexualidade como dimensões atravessadas por práticas culturais, relações de poder e processos educativos. Essa abordagem permite evitar a compreensão de identidades como categorias naturais e fixas e enfatiza a relevância dos discursos que as tornam reconhecíveis, legítimas ou marginalizadas. Em texto posterior, Louro (2008) discute pedagogias contemporâneas de gênero e sexualidade, reforçando que processos de formação e normalização ultrapassam a escola e circulam em múltiplos espaços sociais. Nessa perspectiva, a diferença não é compreendida apenas como expressão da pluralidade de identidades, mas como uma construção histórica e cultural atravessada por relações de poder, processos de classificação e mecanismos de normalização que estabelecem posições desiguais de reconhecimento social.

Isso posto, a presença de diferentes identidades e experiências sociais nas produções midiáticas pode ser compreendida como uma dimensão relevante dos processos de representação e reconhecimento. Entretanto, a visibilidade conferida a determinados sujeitos não assegura, por si só, a superação de estereótipos ou a transformação de práticas discriminatórias. A compreensão dessas possibilidades exige considerar não apenas os temas abordados, mas também os discursos produzidos, suas condições de circulação e as formas de recepção pelos diferentes públicos.

Ao discutir as relações entre educação em direitos humanos, cidadania e diversidade sociocultural, Cardoso (2025) oferece contribuições para compreender o reconhecimento das diferenças como dimensão dos processos educativos e das relações sociais. Essa perspectiva permite considerar a pluralidade de experiências e trajetórias da população LGBTQIAPN+[4], incluindo questões relacionadas aos direitos, à parentalidade e ao envelhecimento, sem reduzir esses sujeitos a identidades homogêneas

3. CULTURA AUDIOVISUAL, MEDIAÇÃO E ESPECTADOR

Adorno e Horkheimer (2002), ao desenvolverem a crítica à indústria cultural, problematizam os processos de padronização da produção simbólica e as relações entre cultura, mercado e reprodução social. Suas contribuições oferecem elementos para refletir criticamente sobre a circulação de conteúdos audiovisuais e as condições sociais que atravessam sua produção e difusão. No contexto das plataformas digitais, essa perspectiva permite problematizar as lógicas de visibilidade, repetição e simplificação das narrativas, considerando as disputas de sentidos que permeiam a comunicação contemporânea.

[4] A sigla LGBTQIAPN+ refere-se a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e pessoas não binárias. O símbolo "+" contempla outras identidades de gênero e orientações sexuais não explicitadas na sigla, reconhecendo a pluralidade de experiências e formas de identificação.

ISSN: 2358-8829

Rancière (2012), ao questionar a oposição entre espectador passivo e sujeito ativo, contribui para compreender a recepção como um processo que envolve interpretação, associação e produção de sentidos. Nessa perspectiva, os espectadores não necessariamente atribuem aos conteúdos audiovisuais os significados pretendidos por seus produtores, podendo construir interpretações distintas a partir de suas experiências e referências socioculturais. Essa compreensão evidencia a importância de considerar a heterogeneidade dos processos de recepção, especialmente quando se investigam as possibilidades educativas de produções audiovisuais.

A análise das possibilidades educativas do videocast "Orgulhe-se!" pode ser enriquecida pelo diálogo crítico entre essas perspectivas, reconhecendo suas diferenças teóricas. A crítica de Adorno e Horkheimer (2002) à indústria cultural oferece elementos para problematizar as condições sociais e econômicas da produção e circulação audiovisual, especialmente os processos de padronização e mercantilização da cultura. Sua aproximação com o contexto contemporâneo das plataformas digitais constitui, neste estudo, uma interpretação analítica, e não uma discussão diretamente desenvolvida pelos autores. Rancière (2012), por sua vez, questiona a associação entre a condição de espectador e a passividade, destacando a atividade interpretativa dos sujeitos diante das produções culturais. A tensão entre essas perspectivas permite considerar, simultaneamente, os condicionamentos que atravessam a circulação dos conteúdos e a impossibilidade de determinar previamente os sentidos produzidos pelos espectadores. Assim, a disponibilização pública de narrativas sobre diferença e direitos pode ser compreendida como uma possibilidade de mediação educativa, sem pressupor recepção homogênea ou efeitos formativos automaticamente decorrentes do acesso aos conteúdos.

4. O VIDEOCAST "ORGULHE-SE!": DIFERENÇA, LINHA EDITORIAL E CIRCULAÇÃO DIGITAL

O levantamento identificou 16 episódios e um total de 6.520 visualizações registradas em 23 de março de 2026, com média aritmética de 407,5 por episódio. A distribuição é desigual: os cinco episódios com maiores números somam 4.322 visualizações, equivalentes a aproximadamente 66,3% do total. Esses valores descrevem a circulação observada na plataforma, sem equivaler a alcance populacional, audiência televisiva ou efetividade pedagógica.

Para apresentar a composição do corpus documental e a distribuição das visualizações registradas, o Quadro 1 sistematiza os 16 episódios identificados no levantamento, considerando seus respectivos títulos e quantitativos de visualizações. Essa organização permite observar tanto a diversidade dos temas abordados pelo videocast quanto as diferenças de circulação entre os conteúdos, oferecendo elementos para a análise de sua configuração temática e de suas características como iniciativa de comunicação pública educativa.

Quadro 1 – Episódios do videocast "Orgulhe-se!" e quantitativos de visualizações

Episódio	Visualizações
Travesti	1.652
Mães pela diversidade	728

ISSN: 2358-8829

Transexualidade	668
Bissexualidade	654
Lésbicas	620
Gays	543
Bárbara Meneses	268
Não binário	226
Infâncias e diversidade	217
Direitos da população LGBTQIAPN+	193
Queer	166
Assexual	164
Intersexo	129
Parentalidade LGBTQIAPN+	116
Pansexuais	97
Envelhecimento	79
Total	6.520

Fonte: elaboração dos autores, com base em dados públicos do YouTube, coletados em 23 mar. 2026.

O episódio “Travesti” reúne 1.652 visualizações (aproximadamente 25,3% do total), seguido por “Mães pela diversidade” (728), “Transexualidade” (668), “Bissexualidade” (654) e “Lésbicas” (620). No outro extremo da distribuição, “Envelhecimento” apresenta 79 visualizações. A diferença entre os registros não deve ser tomada como hierarquia de relevância social dos temas: a contagem depende de fatores não controlados nesta pesquisa, como tempo de publicação, circulação externa, mecanismos de recomendação e estratégias de divulgação.

Para além dos indicadores de circulação, a diversidade temática dos episódios permite estabelecer relações com as contribuições de Louro (2003, 2008), especialmente no que se refere à produção cultural das identidades de gênero e das sexualidades. A presença de diferentes sujeitos e experiências no repertório do videocast pode ser compreendida como uma possibilidade de ampliação das representações disponibilizadas ao debate público. Entretanto, a visibilidade temática não assegura, isoladamente, o reconhecimento das diferenças ou a superação de práticas discriminatórias.

A diversidade temática inclui identidade de gênero e orientação sexual, direitos da população LGBTQIAPN+, relações familiares, infâncias, parentalidade e envelhecimento. A presença de um episódio sobre o centro de referência em atendimento à população LGBTQIAPN+ de Campinas, identificado na planilha como “Bárbara Meneses”, acrescenta uma dimensão de serviços e políticas públicas ao conjunto. Essa combinação aproxima a iniciativa de uma agenda de comunicação pública que procura tornar visíveis sujeitos e direitos, embora a avaliação da qualidade do diálogo estabelecido em cada episódio demande investigação adicional.

A organização temática dos episódios permite identificar diferentes experiências e posições sociais que podem ser examinadas à luz das discussões sobre diferença, identidade e reconhecimento. Títulos como “Travesti”, “Transexualidade”, “Não binário” e “Intersexo” indicam a presença de discussões relacionadas às identidades de gênero e às experiências de sujeitos historicamente submetidos a processos de invisibilização. Episódios como “Mães pela diversidade” e “Parentalidade LGBTQIAPN+” ampliam esse repertório ao incorporar relações familiares e experiências de cuidado, enquanto “Direitos

ISSN: 2358-8829

da população LGBTQIAPN+" e o episódio dedicado ao Centro de Referência LGBTQIAPN+ de Campinas aproximam a programação de questões relativas ao acesso a direitos e serviços públicos. Considerados em conjunto, esses registros evidenciam uma proposta editorial que não se restringe à apresentação de categorias identitárias, mas contempla também relações sociais, experiências familiares e dimensões institucionais da cidadania. Essa interpretação decorre da configuração temática identificada nos títulos e nas sinopses, não constituindo avaliação integral dos discursos produzidos nos episódios.

Sob o ponto de vista da comunicação pública, os dados sugerem uma proposta editorial que ultrapassa a divulgação administrativa rotineira e tematiza questões de interesse social. Essa leitura é compatível com a discussão de Costa Filho (2011) e Sena (2022), mas não elimina a necessidade de distinguir intenção institucional, configuração do produto e resultados efetivamente demonstrados. Sob o ponto de vista educativo, Louro (2003, 2008) e Cardoso (2025) oferecem elementos para interpretar a relevância dos temas, enquanto Citelli (2016) e Rancière (2012) recomendam cautela diante da associação imediata entre acesso e formação.

A circulação dos episódios na plataforma YouTube também pode ser problematizada à luz das contribuições de Adorno e Horkheimer (2002), considerando as condições sociais que atravessam a produção e a difusão de conteúdos audiovisuais. Citelli (2016) oferece elementos para refletir sobre as relações entre comunicação e educação em contextos de circulação acelerada de informações, enquanto Rancière (2012) contribui para compreender a recepção como atividade interpretativa. Essas perspectivas evidenciam que os registros de visualização não permitem identificar os sentidos atribuídos aos episódios pelos espectadores, tampouco demonstrar transformações em suas concepções ou práticas.

Desse modo, os resultados permitem compreender o videocast "Orgulhe-se!" como uma iniciativa que apresenta características de comunicação pública educativa, especialmente pela diversidade temática e pela circulação de informações relacionadas à cidadania e aos direitos humanos. Contudo, sua contribuição potencial para processos formativos não deve ser confundida com a comprovação de aprendizagens ou transformações nas atitudes dos espectadores. A investigação concentra-se na configuração temática e na circulação digital dos episódios, indicando a necessidade de estudos posteriores sobre sua produção, recepção e apropriação pelos diferentes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental do videocast "Orgulhe-se!" permitiu identificar características de uma iniciativa de comunicação pública educativa orientada à circulação de narrativas sobre diferença, cidadania e direitos humanos. O levantamento de 16 episódios evidenciou uma linha editorial caracterizada pela abordagem de diferentes identidades de gênero, orientações sexuais e experiências sociais, contemplando também questões relacionadas ao reconhecimento de direitos e ao acesso a serviços públicos. Os indicadores de visualização demonstraram uma circulação digital desigual entre os

conteúdos, permitindo caracterizar sua distribuição na plataforma YouTube na data da coleta, sem estabelecer relações diretas com os efeitos educativos da iniciativa.

A principal contribuição do estudo consiste em analisar a comunicação pública educativa como espaço de circulação de narrativas sobre sujeitos e direitos, articulando os referenciais da comunicação pública, da educação em direitos humanos e da cultura audiovisual. A investigação evidencia que a diversidade temática e a disponibilização pública dos conteúdos constituem elementos relevantes para compreender as possibilidades educativas da iniciativa. Entretanto, tais características não permitem comprovar processos de aprendizagem, transformações de atitudes ou enfrentamento efetivo de práticas discriminatórias, resultados que demandariam procedimentos específicos de investigação junto aos diferentes públicos.

Como desdobramentos, recomendam-se análise audiovisual aprofundada dos episódios, estudos de recepção com diferentes segmentos de público e investigação das condições institucionais de produção e circulação do programa. Essas abordagens poderão esclarecer de que maneira a visibilidade temática se converte, ou não, em participação, reconhecimento e formação cidadã.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W. Indústria cultural e sociedade. Seleção de textos de Jorge Mattos Brito de Almeida. Tradução de Julia Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 5–44.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: CNE, 2012.

CAMPINAS (SP). Prefeitura Municipal. Videocast “Orgulhe-se!” da EducaTV Campinas estreia série sobre o universo da diversidade. Portal da Prefeitura de Campinas, 14 nov. 2025. Disponível em: https://campinas.sp.gov.br/noticias/videocast-orgulhe-se-da-educatv-campinas-estreia-se rie-sobre-o-universo-da-diversidade-132637. Acesso em: 28 out. 2026.

CARDOSO, Fernando da Silva. Educação em direitos humanos, cidadania e diversidade sociocultural: breve genealogia desde a história recente do Brasil. In: D’ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes et al. (org.). Direitos humanos em pauta: questões contemporâneas e interdisciplinares sobre o direito à comunicação e sustentabilidade. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 83–97. DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-294-6.5.

CITELLI, Adilson. Comunicação e Educação: o problema da aceleração temporal. In: NAGAMINI, Eliana (org.). Questões teóricas e formação profissional em Comunicação e Educação. Ilhéus: Editus, 2016. p. 11–24.

COSTA FILHO, Paulo Celestino da. Comunicação pública em um admirável mundo novo. Organicom, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 281–285, 2011. Resenha da obra: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). Comunicação pública, sociedade e cidadania. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17–23, maio/ago. 2008.

RANCIÈRE, Jacques. O espectador emancipado. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

SENA, Kárita Emanuelle Ribeiro. 25 anos de comunicação pública no Brasil: uma discussão sobre avanços e retrocessos. In: MEDEIROS, Magno; MAINIERI, Tiago (org.). Comunicação pública e cidadania: conceitos, desafios e enfrentamentos. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. v. 1, p. 53–69.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.